

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS - 2017.**

2 Aos quatro dias do mês de maio de 2017, às 09h45min, o Comitê das Bacias  
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu  
4 início à 1ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas, na Sala de Reuniões do Comitê  
5 Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 – Leitura e Aprovação**  
6 **das atas anteriores; 2 – Apresentação de atualização sobre o PERH Guandu pela**  
7 **PROFIL; 3 – Assuntos Gerais.** 1 – Paulo de Tarso (FIRJAN) iniciou os trabalhos às  
8 9h45min. A reunião iniciou-se com a leitura e aprovação das atas anteriores. Após  
9 contribuições, as atas foram aprovadas. 2 – Carlos Bortoli (PROFILL) iniciou a  
10 apresentação sobre o Diagnóstico de Recursos Hídricos, produto integrante do processo  
11 de atualização do PERH Guandu. Destacou que a apresentação seria um extrato do  
12 produto em andamento para atualizar as informações do projeto para a Câmara,  
13 iniciando a abordagem pelo conjunto de subunidades. Hendrik Mansur (TNC) perguntou  
14 se haveria integração dessa divisão geográfica de sub-bacias utilizada no diagnóstico,  
15 considerou a visão de gestão da bacia. Carlos Bortoli (PROFILL) comentou que sim,  
16 mas é possível realizar uma nova divisão específica para a gestão. José Arnaldo (P.M.  
17 Nova Iguaçu) comentou que Japeri não apresenta, de acordo com o IBGE, área rural,  
18 assim como Nova Iguaçu e outros municípios que possuem área e população rural.  
19 Ressaltou que essa classificação pode prejudicar o desenvolvimento de ações e gerar  
20 conflitos no âmbito do planejamento para áreas urbanas e rurais. Sidnei Agra (PROFILL)  
21 comentou que, durante as atividades do Plano de Bacia do PCJ, foram registrados os  
22 dados oficiais, mas foram utilizados dados obtidos pela equipe e tratados de acordo com  
23 a abordagem da PROFILL. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) comentou que esse tipo de  
24 classificação já prejudicou outras ações estratégicas no passado. Daiana Gelelete  
25 (AGEVAP) comentou que os produtos e o Plano de Bacia consideram dados oficiais, e  
26 que para qualquer ajuste, será necessário o envio de ofício à prefeitura em questão. Júlio  
27 Cesar Antunes (ABES) destacou que será fundamental a adequação das leis municipais  
28 para que a gestão aconteça de maneira mais eficaz. Paula Fernanda (P. M. Nova Iguaçu)  
29 comentou que municípios podem ser classificados como zona ou área de interesse rural.  
30 Carlos Bortoli (PROFILL) comentou que poderia ser estudado o nível de detalhamento  
31 e deu continuidade à apresentação destacando o valor agregado bruto (VAB) dos  
32 setores – indústria, serviços e tributos – na composição das Unidades Hidrológicas de  
33 Planejamento (UHPs). Na sequência apresentou os índices de IDH e características  
34 geográficas. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) questionou a possibilidade de  
35 disponibilização dos arquivos “shapes” para uma análise mais profunda. Julio Cesar  
36 Antunes (ABES) destacou que poderia ser enviado um relatório consolidado  
37 posteriormente para que seja compartilhado. Sidnei Agra (PROFILL) respondeu que os  
38 dados já estão disponíveis no SIGA Guandu, com exceção de alguns mapas destacados  
39 na apresentação. Carlos Bortoli (PROFILL) destacou ainda o uso do solo na RH II e  
40 análises de zona costeira e Unidades de Conservação. Jose Arnaldo comentou que o  
41 INEA está publicando novos dados que apresentam o rendimento de ICMS Verde com  
42 grande porção oriunda de unidades de conservação, e isso precisa ser incluído no  
43 diagnóstico. Carlos (PROFILL) respondeu que o projeto utiliza base de dados de 2016  
44 já aprovadas do INEA, e o mapeamento analítico apresenta os limites das UCs com uma  
45 análise de uso do solo. Jose Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) sugeriu que os municípios  
46 deveriam oficializar os dados como foi sugerido em carta ao INEA. Sidnei Agra  
47 (PROFILL) ressaltou que a instituição da APA estadual foi realizada em 2004, sob a

48 administração do INEA. Paula Fernanda (P. M. Nova Iguaçu) perguntou se haverá  
49 integração da questão legal com o que é observado na prática. Sidnei (PROFILL)  
50 respondeu que isso consta no diagnóstico. Caroline Lopes (AGEVAP) destacou que  
51 esses pontos não são uma questão de diagnóstico e sim de legislação. Julio Cesar  
52 Antunes (ABES) sugeriu que a apresentação continue até o seu final, para que os  
53 questionamentos feitos possam ser embasados com mais clareza. Carlos Bortoli  
54 (PROFILL) demonstrou na sequência, a avaliação do grau de conservação nas faixas  
55 marginais de cursos d'água. Sabina (FURNAS) comentou que uma distinção sobre faixa  
56 marginal e APP é necessária, considerando o código florestal, e a nomenclatura do  
57 diagnóstico precisa ser adaptada. Carlos Bortoli (PROFILL) concordou, comprometendo-  
58 se a elaborar um outro termo para designar o trecho. Sidnei Agra (PROFILL) continuou  
59 a apresentação, chegando ao tema de saneamento. Destacou na sequência um  
60 mapeamento dos Planos Municipais de Saneamento e suas etapas. Hélio Vanderlei  
61 (P.M. Nova Iguaçu) comentou que o plano de saneamento de Nova Iguaçu está em  
62 elaboração. Sidnei (PROFILL) apresentou mapas de abastecimento de água, e destacou  
63 que a fonte utilizada foi o SNIS. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que é primordial  
64 apresentar as fontes utilizadas de forma mais clara. Hélio Vanderlei (P. M. Nova Iguaçu)  
65 sugeriu que a consulta dos dados, por parte da PROFILL, seja realizada de maneira  
66 mais realista, para não gerar dados inconsistentes. Décio Tubbs (UFRRJ) destacou que  
67 é de fundamental importância que todos leiam o Termo de Referência para melhor  
68 embasamento dos apontamentos, inclusive no que diz respeito às fontes de dados que  
69 serão utilizadas. Caroline Lopes (AGEVAP) complementou que uma das observações,  
70 por parte da AGEVAP, foi justamente inserir uma solicitação ou questionamento formal  
71 aos municípios para validar este tipo de informação para inserir o dado. Hendrik Mansur  
72 (TNC) destacou que parte problema está no município, inclusive pela eventual  
73 dificuldade de acesso às informações exigidas no SNIS. Hélio Vanderlei (P.M. Nova  
74 Iguaçu) questionou a possibilidade das Câmaras Técnicas conseguirem dados mais  
75 consistentes para o diagnóstico. Décio Tubbs (UFRRJ) respondeu que o momento para  
76 verificar os dados é esse, com as Consultas Públicas e a possibilidade de buscar  
77 informações de forma oficial. Hélio Vanderlei (P. M. Nova Iguaçu) relatou que vai  
78 mobilizar o município para enviar correspondência formal à CEDAE – concessionária  
79 contratada para o serviço de abastecimento – para obter informações. Julio Cesar  
80 Antunes (ABES) refletiu sobre a dificuldade de obter as informações de maneira oficial  
81 e manter essa construção em prol de uma solução. Porém, continuou: o Plano de Bacia  
82 não vai interferir na gestão de informações dos municípios. Hélio Vanderlei (P.M. Nova  
83 Iguaçu) lembrou que a estrutura dos municípios é frágil, e não foi construída uma melhor  
84 participação por parte dos prefeitos nas questões dos comitês de bacia. Também  
85 acrescentou que não há um investimento na articulação das questões ambientais entre  
86 as prefeituras. Hélio (P.M. Nova Iguaçu) concordou com Decio (UFRRJ) em relação ao  
87 balizamento que o Termo de Referência estabelece para o processo, mas entende que  
88 a câmara técnica tem como papel fundamental a discussão como forma de  
89 direcionamento. Décio Tubbs (UFRRJ) lembrou que foram realizadas reuniões com  
90 todos os prefeitos da Região Hidrográfica II. Defendeu que o Comitê já realizou cursos  
91 de capacitação para servidores das prefeituras. O mesmo ressaltou que o Comitê, por  
92 conta das obrigações que deve atender, leva tempo para construir o diálogo. Completou  
93 dizendo que o processo de obtenção das informações e as dificuldades também será  
94 detalhado no diagnóstico. José Governo (ABES) refletiu que o plano é um caminho

95 norteador a ser seguido. Enfatizou o diálogo e comentou que o melhor plano é aquele  
96 que ainda está por vir, através das devidas revisões e atualizações. Sabina Campagnani  
97 (FURNAS) reiterou que, mais do que o dado geográfico o contexto do processo será  
98 abordado no diagnóstico. Sidnei Agra (PROFILL) continuou a apresentação, chegando  
99 ao esgotamento sanitário. Jose Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) informou que o município  
100 de Nova Iguaçu reformará estações para tratar esgoto. Julio Cesar Antunes (ABES)  
101 pediu atenção para as nomenclaturas utilizadas, que devem considerar também a  
102 divisão de responsabilidades do serviço, como é o caso de Nova Iguaçu. O mesmo  
103 solicitou uma definição mais específica com a relação entre drenagem, urbanização e  
104 esgotamento sanitário dentro do Plano de Bacia. Sidnei Agra (PROFILL) continuou a  
105 apresentação. Abordou vazões e disponibilidades hídricas por UHP. Destacou que, de  
106 forma surpreendente, o monitoramento realizado no Guandu é bem precário. Caroline  
107 Lopes (AGEVAP) questionou a fonte das isoietas utilizadas. Sidnei Agra (PROFILL)  
108 respondeu que a equipe utilizou os dados dos postos de monitoramento e traçou as  
109 isoietas. Na sequência, o foco foi a qualidade das águas, de acordo com o IQA médio  
110 anual. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se a série histórica poderia ser integrada ao  
111 diagnóstico. Sidnei Agra (PROFILL) respondeu que poderia ser registrada. José Arnaldo  
112 (P.M. Nova Iguaçu) apontou que o município de Nova Iguaçu poderia utilizar dados de  
113 monitoramento da CEDAE. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que os dados que  
114 não estiverem online podem estar dentro do sistema de operação. Decio Tubbs (UFRRJ)  
115 apontou que o INEA possui esse tipo de dado. Julio Cesar Antunes (ABES) perguntou  
116 se a PROFILL estava tendo problemas com a obtenção de dados de outorga, lembrando  
117 que no livro comemorativo dos 10 anos do Comitê Guandu há um artigo com esse tipo  
118 de informação. Sidnei Agra (PROFILL) respondeu que a equipe ainda não recebeu os  
119 dados solicitados ao INEA. José Governo (ABES) acrescentou que a FCC, a Gerda e  
120 a TKCSA poderiam informar os níveis de qualidade de água, e sugeriu que o Comitê  
121 Guandu envie correspondência para pedir as informações. Que toda a água, que entra  
122 pelo canal de São Francisco, passa pela CEDAE. Caroline Lopes (AGEVAP)  
123 complementou que esse tipo de informação será muito útil na etapa de modelagem.  
124 Paula Fernanda (P.M. Nova Iguaçu) perguntou se os dados de erosão foram inseridos.  
125 Sidnei Agra (PROFILL) disse que sim. Julio Cesar Antunes (ABES) lembrou que os  
126 dados qualitativos e de vazão do GTA OH também poderiam ser consultados junto à  
127 AGEVAP. Carlos Bortoli (PROFILL) retomou a apresentação na seção de águas  
128 subterrâneas. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se haveria uma relação entre chuvas e  
129 águas subterrâneas. Carlos Bortoli (PROFILL) respondeu que esse detalhamento da  
130 disponibilidade será feito em relação às águas superficiais. Décio Tubbs (UFRRJ)  
131 observou que os dados não computam os poços rasos que são de responsabilidade dos  
132 municípios. Carlos deu continuidade apresentando os Resultados do Diagnóstico  
133 (Demandas Hídricas). Christian Cunha (PROFILL) destacou que as informações  
134 solicitadas ao INEA ainda não foram apresentadas à empresa. Julio Cesar Antunes  
135 (ABES) apontou que a velocidade do Comitê é pouca, destacando que é importante  
136 deixar claros os prazos e as demandas de informação. E que o momento impõe muitas  
137 dificuldades nos processos institucionais. Hendrik Mansur (TNC) comentou que o Estado  
138 do Rio de Janeiro utiliza o CNARH como base. Christian Cunha (PROFILL) informou que  
139 o INEA enviou os cadastros, mas as informações de outorga ainda não foram obtidas, e  
140 a empresa precisa comparar esses dados. Hendrik Mansur (TNC) lembrou que o usuário  
141 realiza o cadastro quando já está utilizando água, e isso precisa ser considerado. Carlos

142 (PROFILL) continuou a apresentação, ressaltando que toda a demanda é considerada  
143 em função do cadastro. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se há relação entre os  
144 empreendimentos em operação e o impacto ambiental. Decio Tubbs (UFRRJ) lembrou  
145 que há diversos empreendimentos de mineração que são licenciados ao longo da APA  
146 GUANDU, e o potencial impacto é preocupante. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu)  
147 apontou que as atividades ilegais são um problema na região. Decio Tubbs (UFRRJ)  
148 destacou que há mineração dentro do Rio Santana que não é ilegal e gera um grande  
149 impacto. Relatou que o Sindicato dos Areeiros tem se manifestado em favor da  
150 regularização de diversas atividades. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) acrescentou que  
151 os legalizados necessitam de apoio nesse ponto. Décio (UFRRJ) destacou que o Comitê  
152 não tem conhecimento de diversas operações e intervenções do poder público. José  
153 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) questionou se o INEA não possui tais informações e qual  
154 seria a melhor maneira de questiona-los. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)  
155 perguntou se poderiam ser incluídos casos de empreendimentos que ainda não estão  
156 com suas informações inseridas em dados oficiais. Sidnei Agra (PROFILL) comentou  
157 que poderia ser feita uma inserção no diagnóstico a partir das visitas. Decio Tubbs  
158 (UFRRJ) comentou que as solicitações de informações têm sido feitas continuamente, e  
159 precisa ser mantida. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se a captação total descrita no  
160 diagnóstico é baseada no que é cadastrado. Sidnei (PROFILL) respondeu que sim.  
161 Continuou a apresentação, destacando que a irrigação tem grande parcela no uso de  
162 recursos hídricos. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou se a simulação  
163 considera demanda ou captação. Sidnei Agra (PROFILL) respondeu que, considerando  
164 sempre o cenário mais adverso, para abastecimento se considera a captação e para  
165 irrigação, a demanda. A apresentação chegou à descrição da estrutura do Sistema de  
166 Gestão de Recursos Hídricos e o funcionamento dessa estrutura à luz das competências  
167 do Comitê Guandu-RJ. Hendrik Mansur (TNC) pediu que fosse descrita a questão do  
168 licenciamento ambiental. Decio Tubbs (UFRRJ) lembrou que o Comitê possui uma  
169 resolução que determina uma manifestação no processo de licenciamento, na etapa de  
170 EIA-RIMA. Carlos Bortoli (PROFILL) destacou que o cruzamento de informações é  
171 essencial para detalhar situações diversas, e apresentou 8 mapas temáticos,  
172 destacando o mapa de atividades agropecuárias e o valor agregado bruto (VAB) gerado.  
173 Sabina Campagnani (FURNAS) questionou se foi destacada a relação da irrigação com  
174 o clima. Sidnei (PROFILL) explicou que as atividades consideram atividades realizadas  
175 no território que agregam valor à bacia. Rinaldo Rocha (LIGHT) perguntou se o indicador  
176 de valor agregado bruto (VAB) exibido no mapa de consumo x atividades agropecuárias  
177 estava relacionado ao PIB do município da sub-bacia ou da RH-II. Sidnei (PROFILL)  
178 respondeu que o valor é exibido em relação à sub-bacia analisada. Paula Fernanda  
179 (P.M. Nova Iguaçu) questionou os valores a respeito da agricultura do município e a  
180 geração do mapa. Mariana Silveira (TKCSA) comentou que a questão voltou ao  
181 problema da base de dados. Sidnei Agra (PROFILL) comentou que não há base para  
182 isso, mas uma estimativa de uso do solo e da área agrícola para prever que a irrigação  
183 cresce, no mínimo, em proporção com a expansão agrícola. Sidnei (PROFILL)  
184 prosseguiu com a apresentação. Rinaldo Rocha (LIGHT) sugeriu que o indicador de VAB  
185 referente ao PIB de toda a RH II apresentado em outro mapa também constasse no  
186 mapa de consumo x atividades agropecuárias das sub-bacias para que seja possível  
187 avaliar a dimensão do VAB em relação a economia da RH II. O último mapa da  
188 apresentação foi o de Recursos Hídricos – Aspectos Qualitativos. Decio Tubbs (UFRRJ)

189 destacou que o Comitê possui estudos pertinentes ao tema. Sidnei (PROFILL) afirmou  
190 que serão considerados. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu que seja considerado no  
191 diagnóstico o arranjo da gestão política pública entre os municípios, a identificação das  
192 questões que tenha concessão do tratamento de água e esgoto por município e o  
193 resultado do projeto “Monitoramento da Qualidade de Água e Montante do Túnel de  
194 Tócos – Tócos II”. Jose Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) também pediu que fossem  
195 conferidas informações junto ao INEA para que sejam considerados no diagnóstico  
196 cenários de tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos de acordo com os  
197 municípios. O mesmo sugeriu que os dados gerados no ICMS Verde também podem ser  
198 considerados. **3 – Assuntos Gerais.** Rodolfo Sant’Ana elogiou o tema, considerando que  
199 o diagnóstico é o tratamento real de um cenário, em função do crescimento demográfico.  
200 Refletiu que a estrutura do Plano precisa ser divulgada para a população. Carlos Bortoli  
201 (PROFILL) agradeceu e lembrou que está sendo finalizada uma agenda de eventos  
202 públicos ao fim do mês de maio para o diálogo com os setores estratégicos, o poder  
203 público e a sociedade em geral, com uma linguagem que facilite o engajamento. José  
204 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) e Hélio Vanderlei (P.M. Nova Iguaçu) destacaram que irão  
205 articular a participação dos municípios próximos para a participação. **Segue lista de**  
206 **encaminhamentos: 1 - Enviar a apresentação da PROFILL aos membros das**  
207 **Câmaras Técnicas.** Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) agradeceu a presença de  
208 todos e encerrou a reunião às 13h30m. Esta ata foi tomada a termo por mim, Gustavo  
209 Sá Wildhagen, e segue assinada por:

210  
211 Mariana Silveira (TKCSA) \_\_\_\_\_  
212 Sabina Campagnani (FURNAS) \_\_\_\_\_  
213 Paulo de Tarso (Firjan) \_\_\_\_\_  
214 Rinaldo Rocha (LIGHT) \_\_\_\_\_  
215 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) \_\_\_\_\_  
216 Hendrik Mansur (TNC) \_\_\_\_\_  
217 Carlos Eduardo Martins (APEDEMA-RJ) \_\_\_\_\_  
218 Rodolfo Sant’Ana (ADEFIMPA-RJ) \_\_\_\_\_  
219 José Governo (ABES) \_\_\_\_\_  
220 Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ) \_\_\_\_\_  
221 Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) \_\_\_\_\_  
222 Monique Fontes (P.M. Itaguaí) \_\_\_\_\_  
223 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) \_\_\_\_\_  
224 Marcela Diniz (P.M. Nova Iguaçu) \_\_\_\_\_  
225 João Emílio Rodrigues (P.M. Rio Claro) \_\_\_\_\_

226  
227 **Lista de Presença CTEG**

228 **Membros Presentes**

229 **Usuários:** Mariana Silveira (TKCSA), Sabina Campagnani (FURNAS);

230 **Sociedade Civil:** Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi), Hendrik Mansur (TNC),  
231 André Luiz Menezes representando Carlos Eduardo Martins (APEDEMA-RJ), Rodolfo  
232 Sant'Ana (ADEFIMPA-RJ);

233 **Governo:** Monique Fontes (P.M. Itaguaí), Andreia Loureiro (P.M. Queimados);

234

235 **Membros Ausentes:**

236 **Usuários:** Camila Azevedo (LIGHT), Amisterdan Ribeiro (SIMARJ);

237 **Governo:** Ricardo Nogueira (ICMBio), Hamilton Júnior (P.M. Japeri);

238

239

240 **Lista de Presença CTIL-G**

241 **Membros Presentes:**

242 **Usuários:** Mariana Silveira (TKCSA), Paulo de Tarso (Firjan), Rinaldo Rocha (LIGHT);

243 **Sociedade Civil:** Hendrik Mansur (TNC), José Governo (ABES), Vera de Fátima Martins  
244 (ACAMPAR-RJ), Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ);

245 **Governo:** Marcela Diniz (P.M. Nova Iguaçu), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), João  
246 Emílio Rodrigues (P.M. Rio Claro);

247

248 **Membros Ausentes:**

249 **Usuários:** Amisterdan Ribeiro (SIMARJ);

250 **Governo:** Hamilton Júnior (P.M. Japeri)

251

252 **Convidados:**

253 Marina Costa Bernardes (ACAMPAR-RJ), Carlos Bortoli (PROFILL), Thainá Chagas  
254 (FAETERJ-Pbi), Luana dos Santos (FAETERJ-Pbi), Caroline de Oliveira (FAETERJ-  
255 Pbi), Matheus da Cunha (SEMADETUR-PMNI), Paula Fernanda Chaves Soares

256 (SEMADETUR-PMNI), Julio Cesar O. Antunes (ABES), William Weber (Jornalista),  
257 Francine Ramalho (PROFILL), Decio Tubbs (UFRRJ).